

**AS CIDADES CONTEMPORÂNEAS
E OS LABIRINTOS DAS MEMÓRIAS**

***THE CONTEMPORARY CITIES
AND THE MAZES OF MEMORIES***

Tereza Queiroz*

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da pequena África**. Projetos Urbanísticos, Patrimônios e Conflitos na Zona portuária carioca. Rio de Janeiro: Ed. da FVG, 2014. 248p.

O livro de Roberta Sampaio é o resultado de sua tese de doutorado em Antropologia Cultural defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). A autora pesquisou uma região do Porto do Rio que vem sendo objeto de grandes intervenções urbanísticas pela prefeitura da cidade, na esteira dos eventos de grande porte que ali vêm ocorrendo e que visam projetar a cidade no cenário turístico mundial. A “revitalização” envolveu diversas ações como urbanização de ruas, construção de equipamentos culturais, de esporte e de lazer, reforma e ampliação do terminal de passageiros do Porto. Entre as ações desenvolvidas, o Morro da Conceição foi reconhecido e divulgado pela prefeitura como sítio histórico de origem portuguesa, devendo ter preservadas suas características urbanísticas e arquitetônicas, consideradas semelhantes ao do bairro da Alfama, em Lisboa.

O conjunto das intervenções realizadas na zona portuária, a valorização que as acompanhou, provocou uma mudança nas representações sobre a região que deixava de ser associada à decadência, à prostituição e ao tráfico de drogas, passando a ser percebida como possuidora de um patrimônio cultural e de estilos de vida tradicionais que começaram a atrair moradores de maior poder aquisitivo interessados num estilo de vida menos agitado.

O estudo em questão abordou os processos de patrimonialização do Morro da Conceição, observando a dinâmica que nele se desenvolveu entre os distintos

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Departamento de Ciências Sociais, Brasil. E-mail: queiroz.tereza@gmail.com

e variados grupos e culturas que vivenciam aqueles espaços, após as ações de requalificação, e as hierarquias classificatórias elaboradas e atribuídas pela prefeitura.

O trabalho questiona e relativiza o conceito de “autenticidade” atribuído a determinadas localidades que passam a ser mais valorizadas e a receberem atenções especiais do Estado e do mercado. Para a autora, essas classificações são até certo ponto arbitrárias e a noção de “autenticidade” atribuída a culturas e regiões específicas precisa ser relativizada, uma vez que operam baseadas em simplificações e escolhas num espaço social complexo e multifacetado. Elas envolvem hierarquias classificatórias e limites precisos que não coincidem necessariamente com os praticados no cotidiano. É notável em seu estudo a percepção da dinâmica de distintos e variados grupos sociais que, no dia a dia da cidade, constroem e disputam essas e outras classificações e hierarquias.

A atribuição seletiva de autenticidade a culturas e lugares específicos pode desencadear processos de afirmação cultural e de reivindicação de autenticidade por outros grupos e culturas que questionam a hierarquização dos espaços e das culturas promovida por agências governamentais e/ou outros agentes hegemônicos. É principalmente desses processos que trata a investigação que deu origem ao livro *A Utopia da Pequena África*, elaborado com base em extensa pesquisa documental, ampla vivência no campo e observação etnográfica.

É de se notar que nas cidades contemporâneas a atribuição de autenticidade conferida a algumas localidades que apresentam singularidades culturais e modos de vida tradicionais passou a ser valorizada, em contraposição à suposta inautenticidade, impessoalidade e anonimato associado ao estilo de vida das grandes metrópoles. Muitos locais originalmente ocupados por moradores de origem popular passam a atrair outros de maior escolaridade, em geral intelectuais e artistas, que acabam por substituir os antigos moradores provocando processos de “gentrificação”.

A vivência no local de estudo mostrou que os moradores do Morro da Conceição eram bem mais diversificados que as representações feitas pela prefeitura, e sua caracterização exclusiva como sítio histórico de origem portuguesa tornava invisíveis outras identidades e culturas. Havia grande heterogeneidade em termos de tradições étnicas, econômicas, culturais e políticas. A autora constatou que as noções de “morro” e de “tradição portuguesa” eram “vivenciadas de forma difusa”, e seus moradores realizavam diferentes percursos e operavam com distintas formas de classificação do espaço que não coincidiam necessariamente com as atribuídas pela prefeitura. O morro era um local fragmentado, onde coexistiam grupos os mais diversos, com distintas percepções e percursos históricos, maneiras de habitar, de perceber os espaços e de narrar o passado. As propostas da prefeitura valorizavam determinados habitantes e desconsideravam outros, o que levou à intensificação de conflitos entre os moradores da área.

A pesquisadora selecionou três situações sociais cujas demarcações se relacionavam com as propostas urbanísticas da prefeitura e com os conflitos por elas desencadeadas. Tais propostas tinham em comum uma noção de “patrimônio culturalmente autêntico” associado com alguns equipamentos urbanos considerados “pontos nodais” do morro: na parte alta, ao redor do Largo da Santa, encontravam-se os moradores considerados portadores do patrimônio português e espanhol; ao

redor da Pedra do Sal, no Largo João da Baiana, aglutinavam-se os moradores que se identificavam como portadores do patrimônio negro, e no adro de São Francisco, referenciavam-se os dirigentes de uma entidade católica que se atribuía o patrimônio franciscano. A autora participou ainda das atividades de um bloco carnavalesco sediado no Valongo, cujos integrantes se identificavam como portadores do patrimônio “do santo”, vinculando-se às tradições religiosas afro-brasileiras. Os moradores que se identificavam com o patrimônio negro se contrapunham ao imaginário da prefeitura na área, que valorizava sobretudo a tradição portuguesa, e reelaboraram a noção de “pequena África”, com base na memória da diáspora negra africana e baiana, a partir da qual reivindicavam reconhecimento, permanência no local e direitos. Retomavam, assim, e atualizavam antigas representações sobre o bairro que consideravam “a pequena África”, pela localização do porto onde desembarcavam escravos africanos, pela importância de seus moradores ex-escravos e migrantes baianos nas proximidades da Pedra do Sal, e pela presença de trabalhadores portuários negros que ali residiram e que, a partir da reforma de Pereira Passos, no início do século XX, foram deslocados para as favelas e subúrbios do Rio de Janeiro.

O livro subdivide-se em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, a pesquisadora faz um levantamento histórico dos planos governamentais de intervenção na zona portuária, destacando os princípios e as motivações que os orientaram. No mais recente deles, o Plano Porto do Rio, os gestores destacavam o “vazio”, “abandono” e “decadência” da zona portuária propondo medidas para sua renovação e integração à cidade.

Para os morros patrimonializados, foram acionados outros sistemas classificatórios como o de “autenticidade” de habitantes e de formas de habitar. No caso do Morro da Conceição, foi destacada a ocupação portuguesa da localidade brasileira. Nas palavras da autora, “a fonte simbólica para a ocupação do centro histórico não estava calcada no presente, mas na idealização de um passado português comum entre as duas localidades” (GUIMARÃES, 2014, p. 41). Esse modo de classificação operava uma abstração em relação à complexidade da ocupação do morro, que, além de portugueses, abrangia, ao longo de sua história, contingentes de escravos libertos, de migrantes nordestinos, de trabalhadores portuários, entre outros habitantes. Evidenciava-se, assim, a seletividade dos processos de patrimonialização, que valorizam determinados agrupamentos humanos e segregam outros, considerados inadequados. A ocupação portuguesa passou a ser exaltada e sinalizada com o indicador de autenticidade, enquanto outras atividades e ocupações passaram a ser vistas como inadequadas, como os ocupantes dos sobrados em ruína, os moradores de rua e as prostitutas. Em consequência dessa representação, foram definidos os esquemas classificatórios oficiais e a proposta de novos códigos urbanísticos, alguns deles em desacordo com os esquemas classificatórios utilizados pelos moradores do local. A noção de autenticidade evocada pelos planejadores atribuía legitimidade a determinados grupos cujas ligações com o morro seriam supostamente “verdadeiras” e “genuínas”, enquanto outras seriam “conjunturais”, como a dos migrantes nordestinos.

O conjunto de classificações e intervenções da prefeitura sobre o morro, o não reconhecimento de alguns moradores e de suas memórias e patrimônios culturais

levou a um processo de organização e luta daqueles identificados com a cultura negra no sentido da afirmação de sua história e de sua memória. É em torno dessa demanda que se reelabora a “utopia da pequena África”, que aciona a história de antigos escravos e trabalhadores negros, reavivando a memória da população negra acerca de seus espaços e de sua contribuição cultural ao bairro. Essa população, num primeiro momento, havia sido simbolicamente excluída da configuração de “sítio histórico” atribuída ao bairro pela prefeitura. A noção de pequena África emergiu então como resposta a esse esquecimento, e tinha uma vinculação antiga com os embates dos anos 1980, com as lutas dos movimentos negros e suas narrativas. No Morro da Conceição, a Pedra do Sal havia sido tombada em 1984 como emblema da cidade negra no Rio de Janeiro pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural, sendo associada à tradição dos orixás e do catolicismo popular e à criação de ranchos carnavalescos pelos negros que migraram da Bahia para o Rio.

Em 2001, com a apresentação do projeto Porto do Rio, a entidade católica Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, radicada no Morro da Conceição, iniciou processos de despejos de imóveis ocupados por famílias pobres. Era uma ocupação antiga, constituída por trabalhadores ou moradores sem teto, algumas ocupações de casas abandonadas, que lá residiam há certo tempo, sem serem incomodados. A partir das intervenções da prefeitura, os franciscanos subiram os aluguéis dos imóveis e exigiram pagamento dos que tinham ocupado os sobrados e, quando não tiveram sucesso, entraram com processos judiciais de reintegração de posse. A alegação da instituição religiosa para a retomada dos imóveis era a utilização dos equipamentos para a expansão de obras sociais (escolas, oficinas profissionalizantes). Esses acontecimentos motivaram uma luta dos moradores pela permanência nos imóveis, lastreada na luta pelo reconhecimento da descendência de um antigo quilombo da Pedra do Sal e do direito aos imóveis ocupados, em nome da “reparação histórica” do passado escravista da região. O bloco carnavalesco Afoxé Filhos de Ghandi que ensaiava há muito tempo em um sobrado “em ruínas”, ao lado do Jardim Suspenso do Valongo, também reivindicou o direito ao imóvel, com base na narrativa de herdeiro da Pequena África. A pesquisadora demonstrou também como essa demanda gerou “um calendário festivo de conversão da Pedra do Sal em território negro”. Esses processos são analisados no capítulo III.

No capítulo II, com base em uma pesquisa etnográfica, a autora apresenta os moradores do morro que ocupam sua parte mais alta, considerada a elite local, formada pelos moradores mais antigos e tradicionais, de renda mais elevada, descendentes de portugueses. Para realizar sua etnografia, ela alugou uma casa no alto do morro, passando a vivenciar o cotidiano do bairro. Pôde então observar os diferentes esquemas de classificação utilizados pelos moradores e as ambiguidades que tais esquemas apresentavam. As oposições entre os considerados de dentro e os de fora eram bem nuançadas e alguns visitantes que mantinham certa regularidade no contato com os locais podiam ser considerados “de dentro”. A categoria nordestino, em geral considerada estigmatizante, podia se articular com outros critérios, ganhando novas significações. Deixava de ser relevante, por exemplo, quando associada à renda alta, à ocupação valorizada e à moradia de boa qualidade. E passava a ser acionada de forma acusatória quando combinada com situação de

pobreza e moradia precária.

Essa parcela de moradores defendia um estilo de vida mais tradicional, e opunha os chamados “bons moradores” aos que não se enquadravam nos padrões morais locais. Outra oposição utilizada para diferenciar os de dentro e os de fora era a de moralidade x imoralidade. Eram frequentadores de um bar próximo, de propriedade de um morador mais antigo, onde se cultivava o convívio entre vizinhos. O espaço abrigava práticas exclusivas para aqueles moradores, como o jogo do aliado. Esse bar não costumava ficar aberto em horas tardias da noite, como forma de evitar frequências indesejadas. Era perceptível entre os moradores do alto do morro o temor à contaminação moral relacionada ao contato com categorias indesejadas como os favelados, e a pretensão de manter seus espaços distantes dos que consideravam desviantes, como as prostitutas, os dependentes de drogas, os moradores de rua.

Uma das festas tradicionais desta parte do morro era a procissão de Nossa Senhora da Conceição, que costumava circular por ruas próximas à igreja local reavivando sentimentos religiosos e de pertencimento à descendência portuguesa.

Outra parcela do bairro era formada pelos moradores da ladeira que, ao contrário dos ocupantes mais antigos, valorizavam a abertura aos de fora do bairro e a mistura. Refletindo essa tendência, projetos artísticos desenvolvidos por um morador do local incluiu tanto artistas locais como de outras localidades da cidade.

No capítulo III, o conflito entre os moradores mais pobres e identificados com o patrimônio afro-brasileiro e os franciscanos da instituição religiosa Venerável Ordem do Carmo é explicitado. Ele se torna visível a partir do momento em que têm início os processos de intervenção da prefeitura no Porto e os imóveis ali situados se tornam mais valorizados. Os antigos moradores e ocupantes resistem à desocupação. O conflito se escancara na imprensa e os litígios passam também para a esfera jurídica, com a instauração de processos de reintegração de posse por parte dos franciscanos.

Essas medidas suscitaram um movimento de reativação da memória negra e do patrimônio identificado com os antigos escravos e outros trabalhadores portuários. Com as escavações decorrentes da requalificação da zona portuária, objetos associados à cultura afro-brasileira e a seus rituais religiosos foram encontrados, reafirmando a narrativa dos pleiteantes a herdeiros daquela memória e daqueles espaços. Esse movimento encontrava ressonância no movimento negro anterior que conseguira o reconhecimento da Pedra do Sal como patrimônio da cultura negra, com base na presença de antigo quilombo formado por ex-escravos, constituído após sua libertação.

A autora demonstra que esse contexto mobilizou os moradores ocupantes dos antigos sobrados para a produção de um território negro, demarcando o lugar com práticas associadas a uma memória étnica que incluíram os festejos no dia de São Jorge, a comemoração do Dia da Consciência Negra, a lavagem da Pedra do Sal, a realização de rodas de samba e a oferenda de comidas de santo em memória de antigos sambistas já falecidos.

Assim, os moradores reivindicavam o direito à moradia onde residiam, autodenominando-se Quilombo da Pedra do Sal, o que era contestado juridicamente pela Venerável Ordem Terceira. O conflito levou a demanda por um laudo

antropológico, já que a disputa se relacionava com a herança de um território quilombola e com o patrimônio da cultura afro-brasileira.

O relatório antropológico foi favorável à demanda étnica com base na tríade identitária: o Porto, o samba e o santo, e fazia a defesa da memória afro-brasileira na zona portuária. Segundo seus autores, as tradições negras eram renovadas e presentificadas no atual Quilombo da Pedra do Sal e no bloco carnavalesco Afoxé Filhos de Ghandi. “Assim, operando uma versão do mito da Pequena África, alguns moradores propuseram uma nova percepção dos espaços do Morro da Conceição e da zona portuária que os conectavam a memória negra, a moradia popular, ao trabalho portuário, ao samba e as práticas do candomblé” (GUIMARÃES, 2014, p. 145).

Essa demanda se contrapunha aos interesses da entidade católica, que reivindicava a propriedade jurídica dos imóveis, negando qualquer relevância e pertinência ao pleito étnico. Para esta entidade e seus funcionários, os demandantes eram desqualificados como “invasores” que estavam impedindo a expansão de atividades educativas e moralizantes da população pobre do local. Ao lado de empresários e outras entidades assistenciais como o Rotary Clube, com quem desenvolviam parcerias, entendiam que o espaço estava “sujo” e moralmente degradado, tornando-se necessária a implantação de reformas físicas nos edifícios e reformas morais nos habitantes do morro, visando sua “regeneração”. Com as atividades educativas e profissionais ofertadas, pretendiam atrair crianças e adolescentes pobres para os caminhos “corretos”. O medo da degradação do espaço com a chegada de novos moradores e atividades era sempre presente para essa parcela de moradores que constantemente acionavam categorias contrapondo os bons e maus moradores, os praticantes de atividades diurnas e noturnas, e a rejeição às sexualidades não convencionais.

Esses embates e a luta dos moradores negros encontram reconhecimento em suas demandas e na reconfiguração das representações sobre o território. A presença da cultura negra foi legitimada e se presentificou na constituição de museus onde os vestígios da ancestralidade foram catalogados e exibidos. Para a autora, entretanto, as disputas simbólicas não se encerram com essas conquistas, e novas questões se levantam com o enquadramento das memórias dos escravos negros nos espaços sacralizados dos museus. Que destino e significação terão as memórias dos grupos negros?

O trabalho traz um olhar instigante para os complexos fenômenos das cidades contemporâneas e para a incerteza que acompanha os processos de requalificação e patrimonialização das culturas. As representações e memórias tecidas sobre as cidades, seus bairros e monumentos têm repercussões sobre seus traçados atuais e sobre seus destinos futuros. Mais além das tentativas de uniformização das cidades mercantilizadas, a diversidade de grupos, identidades, culturas e memórias introduzem movimentos insuspeitos e desenham labirintos que exigem de interessados e pesquisadores um esforço permanente de deciframento.

Recebido em 31/05/2015

Aceito em 10/06/2015